

JOGOS DE IMAGENS: NOTAS SOBRE O DOSSIÊ DE CANDIDATURA DO RIO DE JANEIRO À SEDE DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS DE 2016

Leonardo Name

RESUMO

Tendo como foco o Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro à Sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, discutem-se suas construções simbólicas. A partir de análise quantitativa e qualitativa de suas imagens, pretende-se revelá-lo como um documento importante do planejamento e gestão territorial da cidade do Rio de Janeiro, orientado pelos chamados planejamento urbano estratégico e empresariamento urbano.

Palavras-chave: Rio de Janeiro; Olimpíadas; Imagem; Planejamento Urbano Estratégico; Empresariamento Urbano

THE IMAGERY GAMES: NOTES ON RIO DE JANEIRO CANDIDATURE FILE TO HOST 2016 SUMMER OLYMPIC AND PARALYMPIC GAMES**ABSTRACT**

This paper presents and discusses the symbolic constructions in Rio de Janeiro Candidature File to Host 2016 Summer Olympic and Paralympic Games. From quantitative and qualitative analysis of its images, I intend to feature it as an important document of territorial planning and management of the city of Rio de Janeiro, guided by so-called strategic urban planning and urban entrepreneurialism.

Keywords: Rio de Janeiro; Olympic Games; Image; Strategic Urban Planning; Urban Entrepreneurialism

1. Introdução

Em 2 de outubro de 2009, em cerimônia realizada em Copenhague, Dinamarca, a cidade do Rio de Janeiro venceu disputa travada com Madri, Chicago e Tóquio para sediar os jogos olímpicos de 2016. Foi um feito histórico, pois pela primeira vez a América Latina recebia tal tarefa. Demonstrando a importância política do acontecimento, faziam parte da comitiva brasileira que compareceu ao anúncio desse resultado o então presidente da república Luís Inácio Lula da Silva, o governador do estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Filho, e o prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes.

O Brasil já havia se candidatado outras três vezes para sediar as olimpíadas: Brasília fora candidata para os jogos de 2000 e o Rio de Janeiro para os de 2004 e 2012 – e, vale lembrar que em 2007 a cidade já sediara os jogos pan-americanos, o que, alguns afirmam, contribuiu para sua vitória. Dentre os procedimentos da disputa organizada pelo Comitê Olímpico Internacional (COI), cada cidade deveria apresentar documento indicando as medidas e projetos em vistas a torná-la apta aos jogos olímpicos: atender a exigências em relação à proteção do meio ambiente – incluindo mitigação de emissões de carbono –, ou à estrutura física da cidade – prevendo-se as instalações para as inúmeras modalidades esportivas, o trabalho da imprensa e a hospedagem de atletas e turistas, por exemplo; e apresentar diretrizes para campos tão distintos como a proteção da marca olímpica antes, durante e depois dos jogos, ou a mobilidade urbana, a segurança pública e o combate ao terrorismo durante os jogos. A Cidade Maravilhosa venceu a disputa para 2016 apresentando o documento oficialmente intitulado Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro a Sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 (COB, 2009), em três volumes multicoloridos e fartamente ilustrados, e que será o objeto de análise do presente artigo.

Apresento aqui algumas das construções simbólicas desse dossiê montado a partir de eficiente seleção de imagens alinhada ao geo-historicamente reproduzido conteúdo turístico da cidade do Rio de Janeiro. Trata-se de um discurso, que por suas imagens da beleza do meio físico e das misturas dos cariocas com suas paisagens, se apresenta como hegemônico em sua estrutura e universal em sua distribuição: por ele se efetua representação da cidade dentro das expectativas comumente a ela direcionadas, pautadas pelo verniz turístico e que, pela ausência de surpresa e reafirmação de estatutos geo-históricos, pode ter colaborado para a vitória. Além disso, como demonstrarei, o apelo à imagem no dossiê e a própria centralidade dessa

candidatura à sede dos jogos nos anteriores e atuais processos de planejamento e gestão territoriais da cidade delineiam certa filiação da administração carioca à inserção em circuitos financeiros e competições globais, metas comuns dos chamados planejamento urbano estratégico e empresariamento urbano.

Além desta breve introdução, o artigo segue em mais três partes. Na primeira, situo sumariamente o dossiê de candidatura olímpica no contexto do planejamento urbano estratégico e no empresariamento urbano no Brasil, que têm no Rio de Janeiro, a partir da década de 1990, bastante expressão. Em seguida, realizarei análises quantitativa e qualitativa das imagens do documento, de modo a demonstrar o quanto elas constroem ao menos duas retóricas discursivas – uma baseada na beleza cênica da paisagem; outra na prática de esportes nos espaços da cidade –, que tornam o Rio de Janeiro o *locus* “natural” para a realização do megaevento. Depois, na terceira parte, relacionarei essas imagens do dossiê de candidatura olímpica com aquelas presentes em outros documentos da atual administração carioca, de modo a esclarecer sua ampla influência sobre a gestão da cidade como um todo.

2. O dossiê de candidatura olímpica no contexto da administração carioca recente: o planejamento estratégico e suas imagens

Na esteira de certa ideia de crise do planejamento, sobretudo em sua versão regulatória de base físico-territorial, tida como rígida, tecnocrática e acusada pejorativamente de utópica em suas diretrizes para o futuro, incapaz de “cumprir a promessa implícita, do espírito keynesiano, de evitar as crises e, por assim dizer, salvar o capitalismo de si mesmo” (SOUZA, 2002, p. 30), um pensamento conservador e imediatista, exigente de menores gastos públicos, em concomitância a certa confiança e adesão ao mercado livre ganhou terreno a partir das décadas de 1970 e 1980. Assim, passaram a ser criadas, defendidas e incentivadas formas mais “mercadófilas” (*ibid.*) de gestão, as quais corresponde a substituição do planejamento físico-territorial, tecnocrático e regulatório da cidade pelo “empresariamento urbano” (HARVEY, 1989). Nessa perspectiva, estimula-se a iniciativa privada, dando-lhe inúmeras vantagens. Esta forma de gerir a cidade vem sendo chamada de planejamento urbano estratégico, que acompanhando as “tendências de mercado” do atual “mundo globalizado”, vende-se como o único instrumento eficaz para fazer frente às novas condições impostas pela

globalização às cidades e aos poderes locais, i.e., a competição entre os lugares e a necessidade cada vez mais urgente de promover o desenvolvimento e o fluxo de capital. Lógica essa que, no fundo, propagando as teorias do *world system* e da *world economy* e desmaterializando o espaço na apologia do “espaço dos fluxos” (de capital e de informação), mapeia e divide o mundo basicamente em *global/world cities* e *ordinary cities*, como bem apontado por Robinson (2002).

Com o apoio de estelares teóricos espanhóis (BORJA; CASTELLS, 1997), o empresariamento urbano intervém a partir de grandes projetos urbanos (museus, centros culturais, estádios e toda a sorte de instalação de equipamentos e/ou “revitalizações” culturais) e considera estratégica a realização de megaeventos (dentre outros, convenções e feiras internacionais, festivais, grandes concertos e, sobretudo, eventos esportivos internacionais), por poderem simultaneamente propulsionar a concentração de capital, a intervenção urbana por agentes públicos e privados e a provisão infraestrutural. Entretanto, para seus críticos (VAINER, 2000; ARANTES, 2001), tal forma de gerir a cidade troca o planejamento por ideologia imediatista de valorização do fragmento e da espetacularização urbana, que na verdade falsearia as reais intenções das intervenções, escamotearia os conflitos inerentes à disputa pelo espaço urbano por seus inúmeros atores sociais e perpetuaria privilégios.

No que diz respeito ao Brasil, a cidade do Rio de Janeiro é exemplo paradigmático de adesão a este modelo, especificamente nas últimas administrações da cidade, a partir de 1993, formando-se contextos férteis e espaços de articulação institucionais e jurídico-políticos altamente favoráveis para sua aplicação. No período, em paralelo à proposição e por vezes execução de muitos programas e projetos que importaram acriticamente iniciativas (nem sempre de sucesso) de cidades como Londres, Paris, Barcelona, Baltimore, Bilbao e Buenos Aires – o Projeto Rio Cidade, as várias tentativas de revitalização do porto, a ideia fracassada de se ter na cidade um museu Guggenheim, os Jogos Pan-Americanos de 2007, as Olimpíadas de 2016 etc. –, promoveu-se cada vez mais a ampla participação dos setores privados e ampliaram-se restrições à participação da sociedade civil organizada nos processos decisórios. Além disso, também se iniciaram no período as contundentes ações sobre aspectos legais, e desregulamentando-se e tornando mais flexível conjunto expressivo de normas urbanísticos, de modo a abrandar o que se considerava herança ruim da “rigidez” do planejamento regulatório, considerado entrave para as novas formas de uso e ocupação do solo, as

possibilidades de adensamento, a instalação de equipamentos, os incrementos de produtos imobiliários e todo tipo de negócios.

Além de suas contundentes ações nos planos econômico e normativo, nota-se ainda nestas iniciativas a valorização da dimensão estética e simbólica da cidade, capitaneada por sua desmesurada exposição a partir da construção de novos ícones – dentre outras intervenções, o que teria sido, por exemplo, o Guggenheim, o obelisco de Ipanema e demais desenhos propostos pelo Rio Cidade; a Cidade da Música; os novos estádios construídos para os jogos pan-americanos; e os a se construir para os jogos olímpicos. A produção e reprodução de *imagens da cidade*, a partir de novos e velhos ícones, em contraste ou não com recentes ou antigas paisagens, torna-se central dentro desta lógica: à paisagem do mar e das montanhas geo-historicamente (re)produzida e internacionalmente consagrada, novos elementos vão se tornando cartão-postal, pautados na difusão do cosmopolitismo, da inexorável beleza da fisionomia urbana e da identidade do carioca, sempre disposto à contemplação e ao lazer, mistura irresistível ao olhar estrangeiro, sejam turistas ou investidores.

Ao que parece, é no presente mandato iniciado em 2009 que se tem viabilizado mais efetiva e velozmente tal projeto empresarialista, facilitado pela natural consolidação deste processo, mais ainda por conta de uma conjuntura de alinhamento político da administração municipal às esferas federal e estadual, por encontrar parca resistência do legislativo às suas propostas e, por fim, por enfrentar fraca atuação de movimentos sociais. As recentes conquistas da Copa do Mundo para o Brasil e das Olimpíadas para o Rio de Janeiro, ambas já anunciadas como eventos *estratégicos* para o desenvolvimento da cidade, criaram potente campo simbólico que legitima quaisquer tipos de ações em prol da viabilização desses megaeventos, o que facilita aos apologistas do empresariamento urbano destituir os espaços de diálogo para negociação de conflitos socioespaciais e pôr em dúvida a credibilidade das oposições de variados grupos, também se avançando ainda mais contundentemente contra o campo legal.

No contexto da produção maciça de antigas e novas imagens da cidade e da estratégia de se projetar consenso que tenha força capaz de abafar vozes descontentes ou discordantes, a candidatura e conquista olímpicas se tornam fundamentais. O dossiê que as viabilizou tem papel crucial neste processo, por conjugar discurso e imagem num projeto de futuro que se autoproduz e se autodescreve como sonho coletivo, para ganho de todos os habitantes da

cidade; e que atua sobre os estatutos do supostamente inexorável desenvolvimento econômico – compreendido como sinônimo de desenvolvimento urbano. Passemos agora à análise de suas imagens.

3. Análise do dossiê de candidatura olímpica através de suas imagens

Há muito estamos acostumados à profusão de imagens da cidade do Rio de Janeiro tecnicamente reproduzidas em larga escala. Mundo afora circulam imagens de belezas naturais e intervenções sobre a paisagem: do Pão de Açúcar e do Corcovado, do Aqueduto da Carioca e do calçadão de Copacabana e, mais recentemente, de favelas como a Rocinha. Juntam-se a essas imagens, outras mais ligadas ao cotidiano, às festividades e a personagens cariocas: a prática de esportes na água, areia ou montanhas, malandros da Lapa e mulatas do carnaval, mulheres seminuas ou de biquínis nas praias. Tal produção de imagens do repertório do turismo sobre a cidade por certo corrobora na intensificação de mobilidades nacionais e internacionais que têm como destino a Cidade Maravilhosa (CASTRO, 1999; DENIS, 2000; FREIRE-MEDEIROS; CASTRO, 2007, 2011; NAME, 2007; FREIRE-MEDEIROS, 2009a, 2009b). Mas a imagem do Rio de Janeiro está presente em muitos outros circuitos globais de produção visual e audiovisual, nas mais diversas mídias, das quais emergem imagens bastante semelhantes, que são não só representações da própria experiência do espaço geográfico, indissociáveis de valores socialmente construídos, como também inscrições sobre o espaço que potencialmente condicionam novas experiências, alteram sua percepção, reforçam visões de mundo e assimetrias de poder e efetivam estratégias político-econômicas (AMANCIO, 2000a, 2000b; HEFFNER, 2000; MARTINS, 2001; FREIRE-MEDEIROS, 2002; NAME, 2005, 2006).

Na capa de cada um dos três volumes do dossiê de candidatura olímpica, já se revela a filiação a este repertório bastante familiar de imagens da cidade do Rio de Janeiro: tem-se o Corcovado e o Pão de Açúcar, no volume 1, a orla de Copacabana, no volume 2 – contundentes clichês visuais da cidade – e, no volume 3, uma imensa bandeira do Brasil, sempre presente em eventos cívicos e esportivos no país, que se estende sobre pessoas nas areias da praia (Figura 1). Paisagem, natureza, turismo, nacionalismo e esporte se entrelaçam em sucessivas aproximações – panorama geral da cidade, paisagem específica da cidade, experiência de um espaço da cidade por pessoas.



Figura 1. Capas dos três volumes do dossiê de candidatura olímpica.

Fonte: COB (2009).

Os três volumes apresentam, também, nas primeiras páginas, o denominado “mapa conceito”, que na verdade é um zoneamento da cidade específico para o planejamento e gestão dos jogos olímpicos – que, aliás, suprime de sua representação porção extremamente significativa da parte oeste da cidade (Figura 2). São propostas quatro áreas-foco que, *grosso modo*, assim se dividem: a Zona Barra – que abrange trechos do bairro da Barra da Tijuca e de Jacarepaguá – é descrita no documento como o “coração dos jogos olímpicos”, por abrigar a grande maioria das instalações e modalidades esportivas, a Vila de Mídia e a Vila Olímpica; na Zona Copacabana – compreendida por partes dos bairros de Copacabana, Lagoa, Glória e Flamengo, todos na turística Zona Sul da cidade – estão as instalações para os esportes aquáticos, ao ar livre e na areia; na Zona Maracanã – circunscrita aos bairros Maracanã, Santo Cristo e São Cristóvão –, os mundialmente conhecidos equipamentos da Praça da Apoteose (Sambódromo) e do Estádio Jornalista Mário Filho (Estádio do Maracanã) são adaptados para receber provas de tiro com arco, atletismo, futebol e voleibol; e, por fim, na Zona Deodoro – que compreende os bairros da Vila Militar e de Deodoro, subúrbios da cidade –, instalações para competições de esgrima, canoagem e pentatlo têm seu lugar.



Figura 2. “Mapa conceito” do Rio de Janeiro, que apresenta o zoneamento proposto especificamente para os Jogos Olímpicos de 2016. A imagem corta parte significativa da cidade que representa.

Fonte: COB (2009).

Meu procedimento para a análise das imagens do dossiê de candidatura olímpica foi bastante simples. Realizei contagem das imagens presentes nos três volumes, agrupando-as de acordo com sua localização geográfica, i.e., avaliando se pertenciam a bairros de uma das quatro zonas propostas no documento ou a outros bairros. Nesse sentido, esclareço que imagens panorâmicas da cidade, como a aqui reproduzida como Figura 3, por conta da difícil relação com uma única zona ou bairro, foram agrupadas em categoria especial. Além disso, imagens de outras cidades brasileiras foram agrupadas separadamente, por cidade. Foram desconsiderados do conjunto de imagens analisado os inúmeros mapas, plantas baixas, organogramas, fluxogramas e demais desenhos técnicos das instalações; as imagens de detalhes de competições, pódios e closes em atletas; de trabalhadores e letreiros; de espaços internos a edificações; de souvenirs e logomarcas; e todas as demais imagens que não permitissem identificação geográfica.



Figura 3. Imagem panorâmica da cidade do Rio de Janeiro exibida no dossiê de candidatura olímpica.

Fonte: COB (2009).

No total, então, foram consideradas 174 imagens. Além dos bairros referentes às zonas de planejamento dos jogos, mais sete bairros e outras cinco cidades receberam imagens ao longo do documento. Mais da metade dessas imagens – 91 ao todo – estão no segundo volume do dossiê, que é dedicado à apresentação das instalações esportivas em cada uma das zonas. A tabela 1, na próxima página, sintetiza tais quantitativos.

Tabela 1:
Percentagem sobre as imagens contabilizadas nos três volumes do dossiê de candidatura olímpica (por volume, cidade e bairro).

Volumes / %	Lugares																	Quant.
	Rio de Janeiro												Outras cidades					
	Zonas de planejamento dos Jogos				Panorama Geral da Zona Sul	Fora das zonas de planejamento dos Jogos												
	Zona Copa	Zona Barra	Zona Deodoro	Zona Maracanã		Alto da Boa Vista	Centro e Portuária	Favela Tavares Bastos	Galeão	Jardim Botânico	São Conrado	Santa Teresa	Belo Horizonte	Brasília	Curitiba	Salvador	São Paulo	
Volume 1	16	6	0	2	2	1	5	1	2	1	0	0	0	3	0	0	1	40
%	40,0%	15,0%	0,0%	5,0%	5,0%	2,5%	12,5%	2,5%	5,0%	2,5%	0,0%	0,0%	0,0%	7,5%	0,0%	0,0%	2,5%	100,0%
Volume 2	42	23	8	10	1	0	1	0	0	0	0	2	1	1	0	1	1	91
%	46,2%	25,3%	8,8%	11,0%	1,1%	0,0%	1,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,2%	1,1%	1,1%	0,0%	1,1%	1,1%	100,0%
Volume 3	21	3	0	1	4	0	3	0	1	0	2	0	1	1	4	1	1	43
%	48,8%	7,0%	0,0%	2,3%	9,3%	0,0%	7,0%	0,0%	2,3%	0,0%	4,7%	0,0%	2,3%	2,3%	9,3%	2,3%	2,3%	100,0%
Total Geral																		
Total,	79	32	8	13	7	1	9	1	3	1	2	2	2	5	4	2	3	174
%	45,4%	18,4%	4,6%	7,5%	4,0%	0,6%	5,2%	0,6%	1,7%	0,6%	1,1%	1,1%	1,1%	2,9%	2,3%	1,1%	1,7%	100,0%

Fonte: elaboração própria, a partir da contagem de imagens do dossiê de candidatura olímpica (COB, 2009).



Figura 4. A Zona Deodoro só é incluída no Volume 2, quando o documento tem por obrigação descrever as instalações em cada zona. A preponderância é de perspectivas digitais.
Fonte: COB (2009).

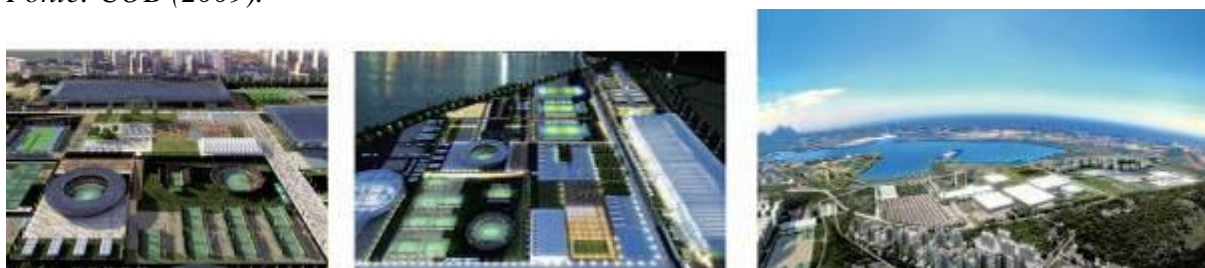


Figura 5. Somente no Volume 2, que é sobre as instalações esportivas, a Barra atinge porcentagem mais significativa, ficando em 25% das imagens. Muitas, como as acima, são perspectivas digitais.
Fonte: COB (2009).



Figura 6. Os ícones da Praça da Apoteose (Sambódromo) e do Estádio Jornalista Mario Filho (Maracanã) metonimicamente representam toda a Zona Maracanã.
Fonte: COB (2009).

Chama bastante atenção que a Zona Deodoro some menos que 5% da totalidade das imagens do dossiê e não possua imagem alguma nos volumes 1 e 3. No Volume 2, que a contempla por ter que descrever suas instalações esportivas, na maioria das imagens têm-se meras perspectivas digitais das instalações futuras, permanecendo certa invisibilidade dos bairros suburbanos que a compõem, pouco conhecidos e frequentados até mesmo por muitos dos cariocas. Nas imagens que a representam (Figura 4), ressalta-se o “verde” – digital – junto às instalações esportivas e desconsidera-se o tecido urbano que as rodeia. Outro dado importante diz respeito ao fato da Zona Barra não receber quantitativo de imagens equivalente ao título de “coração dos jogos” que lhe é conferido: aparece em menos de 20% das imagens,

sendo que a maioria delas – 23 das 32 imagens – está no já referido Volume 2, destacando-se as perspectivas digitais (Figura 5). As imagens da Zona Maracanã (Figura 6), por sua vez, somam um pouco mais de 7% de todas as contabilizadas nos três volumes, sendo geralmente restritas aos seus ícones consagrados, o Sambódromo e o Estádio do Maracanã.



Figura 7. Algumas das inúmeras imagens da Zona Copacabana presentes no dossiê de candidatura olímpica.

Fonte: COB (2009).



Figura 8. A prática do vôlei se mistura à única imagem de uma favela presente no dossiê de candidatura olímpica (no caso, a Tavares Bastos).

Fonte: COB (2009).



Figura 9. Imagens do centro e da região portuária no dossiê de candidatura olímpica.

Fonte: COB (2009).

O que ocorre, enfim, é que mais de 45% das imagens nos três volumes é referente à Zona Copacabana, emoldurada por paisagens belíssimas que abundam nos três volumes (Figura 7) – e, complementarmente, apesar das panorâmicas formarem apenas 4% do total, todas se referem ao conjunto de bairros da prestigiosa Zona Sul da cidade (onde justamente estão os bairros da Zona Copacabana criada especialmente para o planejamento dos jogos), ampliando ainda mais a sua preponderância imagética no documento. Vale a pena mencionar também que a favela, nova *trademark* global, apesar de retratada em apenas uma única imagem da comunidade Tavares Bastos, no bairro do Catete, também na Zona Sul, não deixa de ser incluída no dossiê (Figura 8), completando o conjunto que reforça o imaginário turístico da cidade, acionando um repertório globalmente conhecido. Quanto aos lugares que não se relacionam diretamente ao zoneamento proposto, somente a região central atingiu mais de 5% da totalidade das imagens: mostram-se conjuntos históricos, o porto e a paisagem de arranha-céus que emana a ideia de metrópole, de centro financeiro (Figura 9).

Análise qualitativa faz perceber duas retóricas discursivas produzidas pelas imagens. Há uma “retórica da paisagem”: a partir de belíssimas imagens de paisagens da cidade, com destaque para aquelas em que a relação entre as montanhas e os corpos d’água se faz mais presentes, confunde-se o conteúdo imagético do dossiê de candidatura olímpica com os conteúdos da reproduzibilidade técnica e imagética do turismo. Na comparação entre a paisagem atual e a paisagem futura com os equipamentos olímpicos, retoques digitais auxiliam na tarefa de deixar o verde mais abundante, omitir ou suavizar favelas e tornar a beleza natural ainda mais estonteante. Tudo parece cartão-postal! E legitimam-se, assim, as instalações olímpicas propostas e a cidade como sede (Figuras 10 e 11).

Há também uma “retórica das práticas cotidianas”, para a qual se exibem imagens de pessoas comuns (supostos cariocas) praticando esportes, misturadas e confundidas a imagens de atletas em suas competições (Figuras 12 a 15). Discernir quem é ou não é atleta e o que é encenação para a câmera ou realmente parte do cotidiano é tarefa de difícil execução. Em outras palavras, a paisagem, evocada como natureza e como moldura das instalações olímpicas, e o esporte, apresentado como parte das práticas cotidianas, corroboram, de um lado, para inserir o projeto olímpico no imaginário turístico, tornando-o parte da beleza cênica

da cidade que é cartão-postal internacional; e, de outro, para apresentar os esportes como uma vocação do Rio de Janeiro e dos próprios cariocas. Sedar as olimpíadas, portanto, torna-se por estas imagens consequência tão sedutora quanto inexorável.



Figura 10. Tudo parece cartão-postal: a retórica do antes e do depois das olimpíadas direcionada à paisagem do Aterro do Flamengo, no dossiê de candidatura olímpica.
Fonte: COB (2009).



Figura 11. Tudo parece cartão-postal: a retórica do antes e do depois das olimpíadas direcionada à paisagem da Praia de Copacabana, no dossiê de candidatura olímpica.
Fonte: COB (2009).



Figura 12. Esporte e paisagem: corredores no Rio de Janeiro.

Fonte: COB (2009).



Figura 13. Esporte e paisagem: remadores no Rio de Janeiro.

Fonte: COB (2009).



Figura 14. Esporte e paisagem: nadadores no mar do Rio de Janeiro.
Fonte: COB (2009).



Figura 15. Esporte e paisagem: ciclistas no Rio de Janeiro
Fonte: COB (2009).

4. Outras imagens

O Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro à Sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 saiu vitorioso da disputa com as demais cidades e, oficialmente como futura sede dos jogos, parte dos projetos e obras para as Olimpíadas já se encontram em andamento na capital carioca. Diante do quadro, são necessários alguns esclarecimentos.

Primeiramente, é preciso dizer que o dossiê de candidatura olímpica é um *estudo*, apresentado para uma entidade *não governamental*, que tem por objetivo atender determinações externas e normas internacionais. Voltado para o planejamento de um *evento* em médio prazo que, afinal de contas, durará apenas *dezessete dias*, ocorrendo em áreas específicas da cidade, o dossiê de candidatura olímpica tem valor normativo, mas não tem valor legal (pois não é uma lei). Por isso mesmo, em termos teóricos ao menos, não é e nem deveria ser o principal instrumento regulador de *toda a cidade*. Mas chama atenção o fato de que aquele que juridicamente possui tal papel, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro – que é a Lei Complementar Municipal 111/2011 (RIO DE JANEIRO, 2011), recém-aprovada após inúmeras controvérsias –, faça várias menções às olimpíadas e às propostas que serviram de base para a candidatura à sede dos jogos, além de designar que é a *paisagem* o maior bem da cidade.

As olimpíadas também são utilizadas para justificar as ações propostas em outros planos produzidos pelo poder público municipal, como o Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro (PCRJ, 2009), também chamado de “Rio Pós-2016”, e o Plano de Legado Urbano e Ambiental (PCRJ, 2010), que por suas imagens seguem reproduzindo o repertório de imagens do Rio de Janeiro consagrado globalmente (Figuras 16 e 17). Particularmente, são os mapas apresentados no Plano de Legado Urbano e Ambiental que comprovam ser esse, na prática, o principal documento do planejamento e gestão da cidade, revelando o quanto são os futuros jogos olímpicos os grandes condicionantes das ações da atual administração da cidade. Com poucas diferenças, estão nestes mapas as quatro zonas propostas pelo dossiê de candidatura olímpica, agora desmembradas em subzonas, mas mantendo a mesma forma de representação gráfica por círculos (Figura 18). Embora não seja o objetivo, aqui, o detalhamento de tal plano, cumpre dizer que estes mapas claramente territorializam a maioria dos projetos, programas e ações atualmente em curso na gestão municipal nas áreas de habitação, meio ambiente, saneamento e transporte. A Lei Complementar 111/2011, posterior ao documento que os contém, já nasceu, portanto, como letra morta.



Figura 16. Capa do Rio Pós-2016.
Fonte: PCRJ (2009).

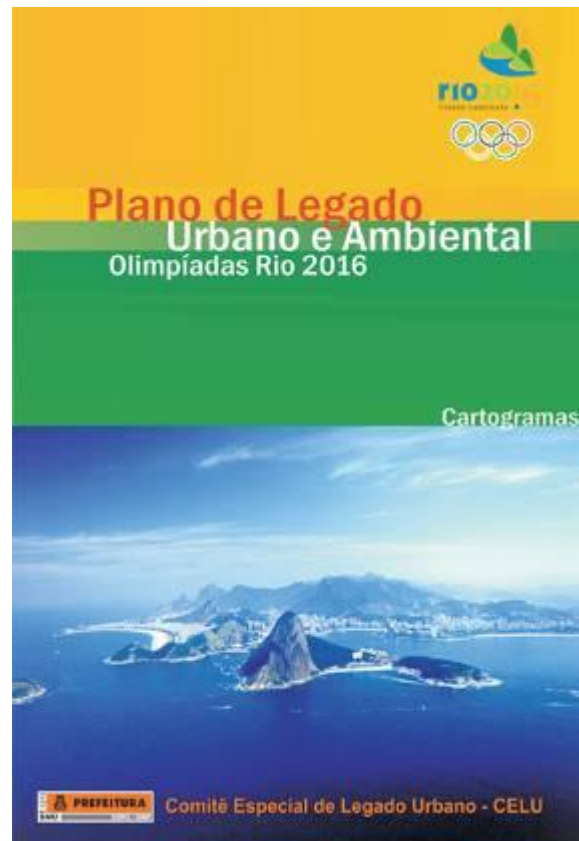


Figura 17. Capa do Plano de Legado Urbano e Ambiental.
Fonte: PCRJ (2010).

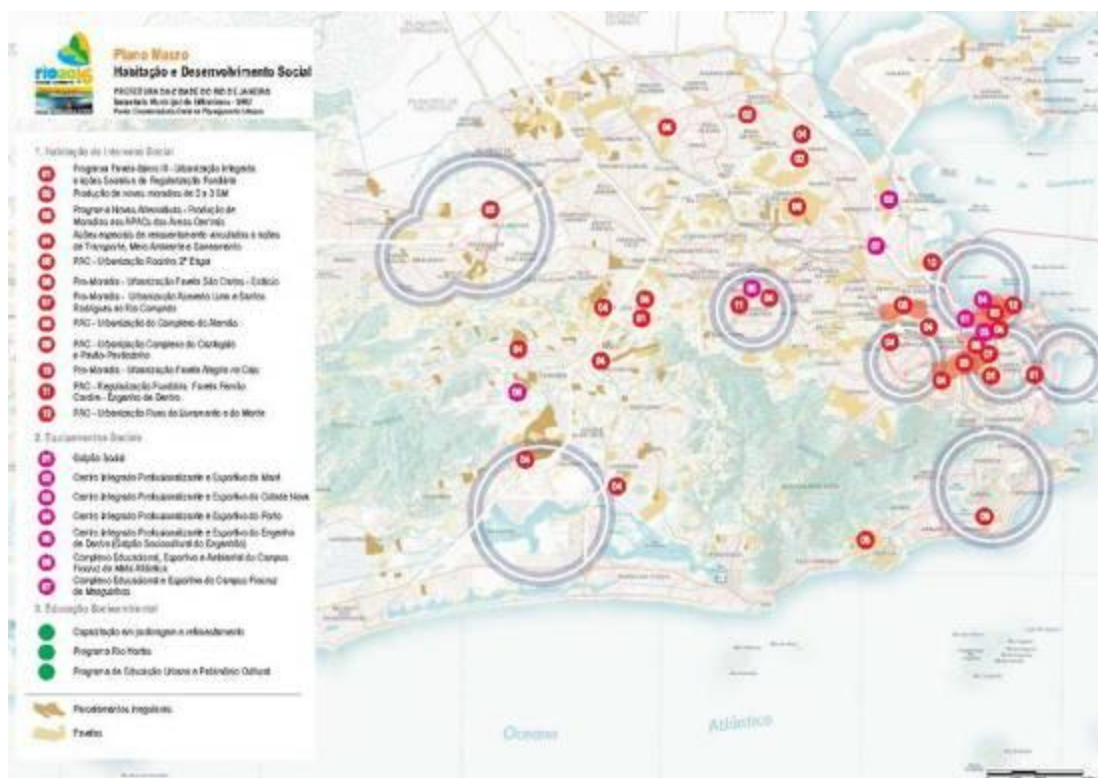


Figura 18. Mapas como esse, do Plano de Legado Urbano e Ambiental, corroboram

para a percepção da influência do dossiê de candidatura olímpica na administração da cidade do Rio de Janeiro.

Fonte: PCRJ (2010).



Figura 19. Perspectiva digital do projeto vencedor do concurso público de projetos de arquitetura para o Porto Olímpico.

Fonte: IAB-RJ (2011).



Figura 20. Perspectiva digital do projeto vencedor do concurso público de projetos de

arquitetura para o Parque Olímpico, em Jacarepaguá.

Fonte: IAB-RJ (2011).

Mais e mais imagens desta futura cidade olímpica vêm sendo produzidas. É o caso daquelas relacionadas aos recentes projetos vencedores de concursos internacionais de projetos de arquitetura para as áreas do chamado Porto Maravilha (ou Porto Olímpico), na área central da cidade (Figura 19), e para o Parque Olímpico, em Jacarepaguá (Figura 20) – o último, projeto previsto no dossiê de candidatura olímpica. Reproduzidas em sites, jornais, revistas e programas de televisão, tais imagens seduzem pela paisagem que mais uma vez parece ser parte de um cartão-postal e incitam desejos de um futuro melhor e mais desenvolvido para o Rio apoiados na impressionante representação digital. Mas o que essas imagens não revelam são os problemas ambientais ou de mobilidade urbana inerentes às propostas, assim como as cada vez mais numerosas e arbitrárias remoções de assentamentos urbanos com populações de baixa renda, que ainda que permaneçam bastante invisíveis na esfera pública, vêm contundentemente sendo executadas em nome de projetos desta natureza, sempre justificados pelas olimpíadas.

Comentários finais

Não há dúvidas de que imagens, dado seu caráter persuasivo, foram historicamente instrumentos estratégicos na proposição de ideias para as cidades (das utopias modernistas aos mais ordinários folhetos imobiliários), pois belas perspectivas e desenhos primorosos são parte do instrumental de arquitetos, gestores urbanos e promotores imobiliários. Mas também não há dúvidas de que o poder de persuasão de imagens para estes fins tem se agigantado, seja por conta da verossimilhança obtida pelos softwares de modelagem digital, seja pela maior e mais difusa reprodutibilidade técnica conseguida na Internet e suas redes sociais.

Repleto de imagens, o dossiê de candidatura olímpica revela-se como mais um objeto técnico a se apropriar do repertório turístico do Rio de Janeiro, mas em um contexto que a imagem não é destino de férias, mas sim uma projeção de futuro em vias de execução, que à custa de contundentes efeitos sobre seus habitantes, reifica a cidade como mercadoria para públicos externos, valorizando a espetacularização urbana, o embelezamento e, tudo indica, a especulação financeira e a competição global de cidades.

Assim, as imagens do dossiê de candidatura olímpica e dos planos e projetos que lhe são desdobramentos são eficientes para se reafirmar que o Rio de Janeiro é uma bela cidade, vocacionada para o deleite visual e para o lazer, incluído o esporte, e onde natureza e cultura parecem se unir na paisagem – discursos tão deterministas e estereotípicos, mas que estão ligados a certo orgulho dos cariocas em relação à sua cidade e são irresistíveis ao olhar externo. Mas, inevitavelmente, essa produção discursiva e imagética também tem se mostrado competente na fabricação de consensos e na ocultação de conflitos inerentes à própria cidade e às expectativas, projetos e intervenções relacionados ao sedimento dos jogos olímpicos e paraolímpicos de 2016.

Referências Bibliográficas

- AMANCIO, Tunico. **O Brasil dos gringos: imagens no cinema**. Niterói: Intertexto, 2000a.
- AMANCIO, Tunico. “Um contraplano imaginário: o Rio dos estrangeiros”. In: MARTINS, Carlos (Org.). **A paisagem carioca**. Rio de Janeiro: Museu de Arte Moderna, 2000b, p. 128-133.
- ARANTES, Otília. “Urbanismo em fim de linha”. In: ARANTES, Otília. **Urbanismo em fim de linha e outros ensaios sobre o colapso da modernização arquitetônica**. São Paulo: EdUSP, 2001, p. 119-132.
- BORJA, Jordi.;CASTELLS, Manuel. **Local y global: la gestión de las ciudades en la era de la información**. Madrid: UNHS/Taurus/Pensamiento, 1997.
- CASTRO, Celso. “Narrativas e imagens do turismo no Rio de Janeiro”. In: VELHO, Gilberto (Org.). **Antropologia urbana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999, p. 80-87.
- COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO. **Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro à Sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016**. Rio de Janeiro: COB, 2009 (3 vols.).
- DENIS, Rafael Cardoso. “O Rio de Janeiro que se vê e que se tem: encontro da imagem com a matéria”. In: MARTINS, Carlos (Org.). **A paisagem carioca**. Rio de Janeiro: Museu de Arte Moderna, 2000, p. 82-97.
- FREIRE-MEDEIROS, Bianca. **O Rio de Janeiro que Hollywood inventou**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- FREIRE-MEDEIROS, Bianca. **Gringo na laje**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009a.
- FREIRE-MEDEIROS, Bianca. “The favela and its touristic transits”. **Geoforum**, v. 40, p. 11-11, 2009b.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca; CASTRO, Celso. “A cidade e seus souvenirs: o Rio de Janeiro para o turista ter”. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 1, p. 2, 2007.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca; CASTRO, Celso. “Um pouco da história do turismo na Cidade Maravilhosa”. In: FGV. **Destino: Cidade Maravilhosa. Turismo no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 3-19 (catálogo de exposição).

HARVEY, David. “From managerialism to entrepreneurialism: the transformation in urban governance in late capitalism”. **Geografiska Annaler**, n. 71B, p. 3-17, 1989.

HEFFNER, Hernani. “Paisagem carioca no cinema brasileiro”. In: MARTINS, Carlos (Org.). **A paisagem carioca**. Rio de Janeiro: Museu de Arte Moderna, 2000, p. 128-133.

MARTINS, Luciana de Lima. **O Rio de Janeiro dos viajantes**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

NAME, Leo. “Escalas da masculinidade e da feminilidade na cidade: imagens e palavras da capital carioca em Bossa Nova e A Senhorita Simpson”. **Interseções**, n. 7, p. 87-100, 2005.

NAME, L. “Escalas de representação: sobre filmes e cidades, paisagens e experiências”. **RUA. Revista de Arquitetura e Urbanismo**, n. 18, p. 44-54, 2006.

NAME, Leo. “Rio for Partiers: como ser um jovem estrangeiro na capital carioca”. **Cadernos de Antropologia e Imagem**, n. 25, p. 79-96, 2007.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: PCRJ, 2009.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Plano de Legado Urbano e Ambiental**. Rio de Janeiro: PCRJ, 2010.

RIO DE JANEIRO. Lei Complementar n. 111, de 1º de fevereiro de 2011 (Dispõe sobre a Política Urbana e Ambiental do Município, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências).

ROBINSON, Jenny. “Global and world cities: a view from off the map”. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 26, n. 3, p. 531-554, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

VAINER, Carlos B. “Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano”. In: ARANTES, O; VAINER, C.B; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. .